

**A DEMOCRACIA DEFENDIDA PELA FOLHA DE SÃO PAULO E O  
GOVERNO HUGO CHÁVEZ (2002-2005)**

---

**Tiago Santos Salgado**

Mestre em História pela PUC-SP e graduado em História pela Unesp-Franca  
(bacharelado e licenciatura).

**Resumo**

O presente trabalho tem o objetivo de fazer um breve levantamento acerca da cobertura do jornal brasileiro *Folha de S. Paulo* sobre a Venezuela e o então presidente Hugo Chávez durante os anos de 2002-2005. Neste sentido, foi feito um levantamento nos editoriais e nas reportagens do jornal objetivando explicitar como este entende a democracia, conceito que defende como melhor forma de governo e única maneira de resolver os problemas venezuelanos, assim como realizar a crítica a liberal democracia.

**Palavras-chave:** Folha de S. Paulo; Venezuela; Democracia; Hugo Chávez

**Abstract**

The objective of this work is making a brief study about how the newspaper *Folha de S. Paulo* made its coverage about Venezuela and the president Hugo Chávez during the years 2002-2005. In these sense, a research was made on the editorial and on the articles trying to show how *Folha* understand democracy, concept that is defended by the newspaper as the unique way of solving the problems in Venezuela, and realize the critic of the liberal democracy

**Keywords:** *Folha de S. Paulo*; Venezuela, Democracy; Hugo Chávez

**Resumen**

Este trabajo tiene como objetivo dar una breve encuesta acerca de la cobertura de periódico brasileño *Folha de S. Paulo* en relacion a Venezuela y al presidente Hugo Chávez, durante los años 2002-2005. Por lo tanto, se realizó una pesquisa en los editoriales y reportajes de lo periódico con el objetivo de explicar como esto entiende la la democracia, un concepto que, para la *Folha*, es la mejor forma de gobierno, y la única manera de resolver los problemas de los venezolanos y tambien hace la critica de la liberal democracia.

**Palabras clave:** *Folha de S. Paulo*; Venezuela; Democracia; Hugo Chávez

## 1. Introdução

O presente texto surge na esteira do crescente número de pesquisas realizadas nas universidades brasileiras sobre a Venezuela<sup>1</sup>. País de grande importância na América do Sul – apontado em 2010 como quarto maior PIB do continente, atrás somente de Brasil, Argentina e Colômbia, entretanto, em 2009, havia sido o segundo maior PIB, apenas atrás do Brasil (SEVERO, 2012) –, pode ser considerado ponta de lança do que foi caracterizado por alguns pesquisadores como “virada à esquerda da América Latina”<sup>2</sup>, resultado das mazelas oriundas das décadas de 1980 e 1990, de forte teor neoliberal.

Neste contexto, a eleição do presidente venezuelano Hugo Chávez em 1998 foi, de certa forma, um prelúdio do que viria acontecer em países como Brasil, Argentina, Bolívia, Uruguai, Equador e Paraguai. Com um histórico militar e com uma tentativa de golpe em 1992, Chávez assume a presidência pregando a “refundação” da nação, governada então, por quase 50 anos, por uma elite política – vinculada aos partidos *Acción Democrática* e *Copei* – fortemente associada ao capital internacional e com nítidos interesses classistas.

A partir da adoção de diversos programas sociais e adotando um discurso antiamericano, o presidente foi ganhando a simpatia das classes mais baixas na Venezuela e, conseqüentemente, a oposição de uma parcela da burguesia nacional. A polarização presente na sociedade venezuelana fica ainda mais latente quando Chávez promove mudanças na peça chave da economia do país: a indústria petroleira, especialmente na estatal PDVSA.

Esses acontecimentos foram suficientes para que a oposição venezuelana colocasse em prática a partir de 2002 diversas manobras para desestabilizar o governo e, até mesmo, para interromper o mandato de Chávez. Assim, para conseguir seu objetivo, a oposição lançou um golpe de Estado contra o presidente (que o depôs por 48 horas em abril de 2002), greves, manifestações nas ruas das cidades do país, um referendo revocatório e o boicote das eleições legislativas de 2005. Portanto, é compreensível que as atenções tenham se voltado para a Venezuela. Na mídia não foi diferente. A imprensa brasileira deu grande atenção aos acontecimentos no país vizinho, rendendo diversos trabalhos a respeito da cobertura da imprensa brasileira sobre a Venezuela e seu presidente Hugo Chávez<sup>3</sup>.

O presente texto, nesse sentido, busca entender como se deu a cobertura do jornal *Folha de S. Paulo*, um dos maiores jornais do Brasil, objetivando a ideologia expressa em seus editoriais, à luz da correlação de forças que expressava a realidade social na Venezuela naquele período. Para tal tarefa utilizamos como materiais documentais os editoriais do jornal brasileiro entre os anos de 2002-2005.

A escolha do período se justifica pela agitação política e social no país e a conjuntura política na América Latina. No período em estudo, tentativas de golpe, greves, eleições e referendos, ganharam espaço na mídia brasileira, juntamente com o fato de que vários presidentes eleitos na mesma época enfatizaram intenções semelhantes, tecendo políticas críticas ao neoliberalismo e às posturas dos governos norte-americanos para a região, encetando práticas voltadas para o atendimento às demandas de segmentos excluídos de direitos de cidadania e benefícios sociais previstos constitucionalmente. Tais governos intentaram, também, ampliar a integração regional e, no plano ideológico, recuperaram com frequência o ideário que ficou conhecido por bolivariano. Assim, tendo como objetivo, a partir da correlação de forças e a realidade social venezuelana, compreender a cobertura feita pela *Folha de S. Paulo*, nos deparamos com a utilização por parte do jornal de diversos conceitos, em especial o de democracia.

No entanto, para melhor apreensão de como se deu a cobertura da *Folha de S. Paulo*,

tomamos como ponto de partida para a discussão – de forma breve – a instauração da democracia liberal na Venezuela em 1958. Recupera-se como tal processo se deu fortemente calcado em uma articulação política restrita aos partidos políticos, conhecida como *Pacto de Punto Fijo*, e como este deu continuidade à manutenção dos mesmos segmentos de classe no poder, ou seja, daqueles associados ao capital internacional.

Tal pacto conseguiu se sustentar baseado nas exportações do petróleo e com forte repressão aos trabalhadores e aos movimentos sociais e políticos de oposição. No entanto, nas décadas de 1980 e 1990, com as crises e com os ajustes neoliberais, o modelo de governo iniciado em 1958 não resiste às pressões populares, a principal em 1989, conhecida como “*Caracazo*”. Nesse contexto, aparece pela primeira vez em 1992 a figura de Hugo Chávez, que tenta um golpe de estado contra o presidente Andrés Perez e, em 1998, vence as eleições para presidente da República. O resgate de tais fatos nos permite situar, tanto o politicismo que permeia a dinâmica do poder venezuelano, como também a singularidade das forças armadas naquele país.

Após sua eleição, Chávez aprova em 1999 uma nova Constituição e em 2001, uma série de Leis Habilitantes que geram controvérsia, sendo, então, acusado pelos segmentos dominantes no poder político de atentar contra a propriedade privada e de tomar atitudes contra os interesses da nação. Na verdade, as leis aprovadas pelo governo previam uma maior regulação das terras e um controle por parte do Estado da estatal petrolífera PDVSA. Tais medidas confrontavam os interesses da antiga elite política e com uma parcela de empresários que controlavam a PDVSA como uma empresa privada. Essa situação tornou mais latente a polarização presente no país e deixou mais claro como se colocava a correlação de forças, decorrendo daí os enfrentamentos dos anos de 2002 e 2005.

O esclarecimento de como se deu o processo que levou Hugo Chávez à presidência, como foi posta a correlação de forças e como se desenhou a realidade social na Venezuela é importante para adentrarmos ao estudo das fontes e buscar entender como a *Folha de S. Paulo* retratou os acontecimentos daquela sociedade. Nesse sentido, percebemos que o jornal brasileiro norteou sua análise em duas correntes, a crítica ao governo, ou seja, à democracia venezuelana, e à crítica pessoal ao presidente, considerado populista.

## 2. A Democracia na Folha de S. Paulo

Através da análise dos editoriais da *Folha de S. Paulo* foi possível perceber a grande importância que o jornal confere a duas categorias para fazer referência a Venezuela e ao presidente Hugo Chávez. Em primeiro lugar, todos os conflitos venezuelanos seriam resolvidos por meio do consenso político e pela preservação da democracia. No entanto, a qual democracia o jornal se refere? Tentaremos explicitar através de fragmentos do próprio veículo: “O entrave para o seu desenvolvimento é político. E a via para superá-lo são a manutenção e o reforço dos canais democráticos” (“Um novo Chávez”, *Folha de São Paulo*, 17/04/2002, A2).

O que, no entanto, são os “canais democráticos”? Para o jornal brasileiro estes seriam o respeito as instituições, a busca pelo consenso e a realização de eleições regulares, como fica claro no seguinte editorial, publicado após o referendo revocatório vencido por Chávez em 2004:

Espera-se que ambos os lados, depois de tantos confrontos, saibam agir com serenidade e acatem de maneira madura o resultado das urnas. Que os vencedores entendam que o país precisa revigorar seus espaços de mediação política e, a despeito das divergências, se unir em torno de compromissos democráticos. (“A Venezuela decide”. *Folha de S. Paulo*, 15/08/2004, p. A2)

Nesse sentido, confrontando os dados da realidade social venezuelana com os pressupostos ditos democráticos da *Folha*, uma oposição por parte do jornal ao governo venezuelano não faria sentido, uma vez que o plebiscito e as vitórias eleitorais de Chávez foram limpos e respeitaram as “regras democráticas”. No entanto, mesmo quando admite a vitória de Chávez o jornal brasileiro aponta ressalvas, apontando a necessidade de Chávez entender que são necessários “espaços de mediação política”.

A tentativa de colocar o governo venezuelano como responsável pela polarização política e social presente na Venezuela é marcante até mesmo quando relembra a ação golpista da oposição em 2002:

É verdade que a tentativa de golpe contra o presidente perpetrada pela oposição em abril de 2002 contribuiu para acirrar os ânimos e levar o país a um clima de confronto, mas a solução para essa situação está não na retórica nem na força, mas na aceitação das regras democráticas. (“A lei de Chávez”. 17/09/2004. p. A2)

Em outras palavras, o fato da oposição ter quebrado totalmente as “regras democráticas” e imposto um golpe e uma ditadura bonapartista ao país por 48 horas em abril de 2002, fato que provocou inúmeras mortes não pode ser comparado a “retórica” do presidente Chávez. Mesmo quando admite a vitória de Chávez, além de fazer ressalvas em seus editoriais, o jornal brasileiro se esforça para transmitir ao leitor uma imagem equivocada já na primeira página, levando este a crer que a vitória eleitoral de Chávez não aconteceu de forma legítima, como se pode observar na seguinte imagem:



Capa da Folha de S. Paulo, 17/08/2004

A fotografia tomada como um documento produtor de sentidos (CARVALHO, 1994), conforme apontam os historiadores que trabalham com esse material documental, revela aqui a exatidão da teoria. O leitor, ao ler a matéria sobre o plebiscito, acompanhada da foto conclui, necessariamente, que o evento foi cercado de repressão; subsumindo-se, nesta lógica, a advertência de que poderia tratar-se de “supostos apoiadores de Chávez”. Na sequência, responsabilizam-se os apoiadores do governo pela violência e aí, novamente, a fotografia cumpre a função de dar “veracidade” à interpretação de que eles eram os responsáveis pela instabilidade política e social, conforme se observa na imagem abaixo.



VENEZUELA *Após a confirmação do triunfo, contestado pela oposição, presidente diz que 'a Venezuela mudou para sempre'*

## Vitorioso, Chávez festeja e ironiza oposição

FABIANO MASONNAYE  
INVIADOSPÉCIAL/REDAÇÃO

O presidente da Venezuela, Hugo Chávez, venceu o plebiscito de antemão, convocado pela oposição para abreviar seu mandato.

Os opositores passaram o dia acusando Chávez de ter fraudado o resultado. Mas o Centro Carter e a Organização dos Estados Americanos (OEA), que atuaram como observadores internacionais do plebiscito, ratificaram a vitória.

No final do dia, a oposição começou a admitir a possibilidade de derrota. “Se constarem os papéis e o resultado for “não”, respeitaremos o resultado”, disse o deputado Julio Borges, um dos principais líderes da oposição.

Em Caracas, um protesto convocado pela oposição terminou com ao menos quatro feridos e 450 presos, num sintoma da polarização que tomou conta do país durante o processo.

“A Venezuela mudou para sempre. Não há volta”, discursou Chávez de madrugada no balcão do palácio Miraflores, diante de milhares de apoiadores. “A Quinta República morreu”, disse, em alusão ao período que vai de 1958 até sua eleição, em 1998, e aos partidos da oposição. “Iniciamos uma nova fase para aprofundar esse projeto [bolivariano].”

A vitória de Chávez foi anunciada às 20h47 de ontem pelo Conselho Nacional Eleitoral (CNE), após o exaustivo processo de votação, que fez eleitores ficarem até nove horas na fila. Chávez recebeu 58,25% dos votos, contra

41,74% a favor de sua saída, apurados 94,49% dos votos válidos.

A comunicação foi feita apenas por três dos cinco reitores (juizes) do CNE, considerados chavistas. Pouco antes, os dois reitores “oposicionistas” fizeram uma declaração à imprensa em que disseram que não reconheceriam o boletim preliminar porque não havia comparação entre as atas de votação e os dados totalizados.

Após o anúncio, a oposição também recusou o resultado. De manhã, a expectativa ficou por conta da avaliação dos observadores, que finalmente se declararam a favor dos resultados após se reunirem com a oposição.

“Todos os venezuelanos deveriam acreditar os resultados do CNE, e não ser que haja evidências terríveis as quais não tivemos acesso até agora”, disse o ex-presidente americano Jimmy Carter, ao lado do secretário-geral da OEA, César Gaviria.

“A votação superou os 10 milhões de eleitores, e há uma clara diferença a favor do presidente Chávez”, disse Carter. A Venezuela tem 14 milhões de eleitores.

Carter disse que os observadores haviam se reunido com a oposição por mais duas horas, mas que não foram apresentadas provas de uma “megafraude”.

O principal argumento da oposição são os números levantados por uma pesquisa por amostragem, feita pela organização Sumate, em que eles teriam conseguido mais votos.

O Centro Carter e a OEA, no entanto, afirmaram que os dados do CNE coincidem com as projeções



Supostos simpatizantes do presidente Chávez atiram em manifestantes da oposição em Caracas

feitas por eles.

Mesmo depois das declarações dos observadores internacionais, a oposição continuou insistindo em que houve fraude. Voltou a mostrar números de sua apuração paralela, na qual teria conseguido 59,4% dos votos.

“Temos sérias dúvidas de que os dados de ontem refletam a vontade da cidadã”, disse Maria Corina Machado, porta-voz da Sumate. Apesar dos protestos, recentes

pesquisas de opinião —algumas patrocinadas pelos opositores— já indicavam a vitória de Chávez, que enfrentou anteriormente seu terceiro grande teste eleitoral. Eleito em 1998, foi reeleito em 2000 sob as regras da então recém-aprovada nova Constituição, que garante a reeleição.

Com o mandato agora garantido até janeiro de 2007, Chávez afirma que tentará se reeleger em 2006 para mais seis anos.

Chávez ironizou a oposição. “Os opositores tiveram a maribá para recobrar a razão e se reunir com os observadores, mas lamentavelmente não o fizeram.”

“Uma vez mais, parece que não querem aprender. Meu chamado [ao diálogo] é sincero, não tem nada de cinismo. Desde criança, aprendi a perder com dignidade.”

O presidente venezuelano pediu a renúncia dos dois reitores que se recusaram a aceitar o resultado.

A oposição promoveu pequenas manifestações diante do hotel onde está sediado o Centro Carter e, mais tarde, no bairro Altamira, seu tradicional reduto. Nesse protesto, houve o disparo supostamente dirigido aos manifestantes no qual quatro ficaram feridas.

A reportagem da Folha esteve ontem à noite na praça Altamira, onde a situação seguia tensa. Os manifestantes oposicionistas atacaram com pedras e garrafas um carro com um grande cartaz da propaganda chavista.

Dois minutos depois, um grupo dos terríveis motopiquetes chavistas chegou à praça e começaram a provocar os manifestantes.

As dezenas de policiais no local nada fizeram para coibir a violência. Por medida de precaução, a estação de metrô próxima ao local estava fechada.

**Mais eleições**

Enquanto os opositores contestavam o resultado, os chavistas aproveitaram a vitória anunciada ontem para dar largada às eleições para governador e prefeito, já no final de setembro.

“As paróquias [eleitorais] comissárias”, anunciou Chávez, ainda no seu discurso da madrugada, em referência aos seus comitês eleitorais durante o plebiscito.

A rede de televisão pública VTV colocou candidatos a prefeito e a governador oficialistas para comemorar a vitória de Chávez.

Já os canais privados, opositores ao governo, repetiram à exaustão as imagens do confronto em Altamira e não transmitiram o discurso da vitória de Chávez.

Folha de S. Paulo, 17/08/2004, p. A9

Em contrapartida, as acusações feitas pela oposição sobre o resultado do plebiscito de 2004 levaram o jornal a sair em defesa do Estado de Direito, ou seja, para continuar questionando a lisura do plebiscito deveriam ser apresentadas provas do processo eleitoral.

Se os adversários de Chávez de fato têm informações relativas a vícios eleitorais, devem apresentar provas. Se não as tiverem, precisam aceitar pacificamente o resultado das urnas e passar a fazer oposição dentro dos espaços institucionais previstos, em especial o Parlamento. Nem a Venezuela nem o continente devem aceitar rupturas antidemocráticas. (“A vitória de Chávez”. *Folha de S. Paulo*, 17/08/2004, p. A2)

Na realização do plebiscito os venezuelanos foram instados a responder a seguinte pergunta: “Você está de acordo em deixar sem efeito o mandato popular outorgado mediante eleições democráticas legítimas ao cidadão Hugo Rafael Chávez Frías como presidente da



República Bolivariana da Venezuela para o atual período presidencial?” (MARINGONI, 2009, p. 158). O resultado foi divulgado pelo *Consejo Nacional Electoral* (CNE) em 16 de agosto de 2004: “NO” (confirmava o presidente) – 58,25% e “SÍ” (para a saída de Chávez) – 41,74% (BRITTO GARCÍA, 2012, p. 316).

Portanto, dando ênfase à esfera do político, a *Folha* opera uma separação entre duas dimensões do social: o mundo político, representado pelo proselitismo político, e a vida material, isto é, as “mazelas sociais” que deveriam ser resolvidas respeitando-se a “manutenção das instituições”, logo, a ordem vigente. Assim, ao atribuir a Chávez um “mandonismo” típico do autoritarismo, ao associar reiteradamente que suas políticas expressam uma ameaça à ordem e às instituições, passa a formar a opinião de que Chávez é contrário à democracia, conforme, mais uma vez, se pode observar no trecho abaixo:

Não resta dúvida de que a Venezuela estará melhor no dia em que conseguir se livrar do presidente Hugo Chávez, mas é preciso que o caudilho deixe o poder por força do resultado das urnas, e não por meios estranhos à democracia. (“Tensão na Venezuela”. *Folha de S. Paulo*, 06/12/2005, p. A2)

### **3. A liberal democracia e sua crítica**

Conforme se deduz das matérias analisadas, é como se a democracia fosse uma questão de fé, única referência capaz de superar crises e, nesse sentido, tomada como marca de um “tempo indeterminado, nacional e internacionalmente”, em um mundo “estruturalmente demarcado, onde crise e estabilidade, [...] gritantes [...] integram toda a enervação dos sistemas existentes” (CHASIN, 2000, p. 92). Também é a evidência de que o político é a base da qual se espera todas as soluções, deixando de lado as próprias condições materiais de vida.

Ao apropriar-se do pressuposto de que a democracia que defendem é uma forma política que pertence a este “anel autopetruador”, e que não deixa de ser um modo pelo qual os setores dominantes reproduzem a formação política segundo seus interesses, configura-se o discurso ideológico que visa à preservação do *status quo*.

O que se observa na particularidade venezuelana em estudo são as manifestações de uma sociabilidade, incluso aí o Estado, que se faz débil na sua forma liberal e incapaz de garantir as condições de sua própria reprodução, dada a centralização e o atraso do desenvolvimento do capitalismo. Daí a supremacia maior que adquire a política, tomada pela oposição, por seus ideólogos e mesmo pelo governo, como a única via capaz de superação das contradições socioeconômicas. Desse modo:

[...] a política é tida como a esfera privilegiada da expressão da liberdade e da isonomia humanas, (tomada) como esfera racional de conformação das relações sociais a partir do estabelecimento (racional) de critérios para uma vida justa. A politicidade seria o elemento por excelência do humano. (ALBANI, 2008, p. 48)

A essa percepção da positividade da política, Marx contrapõe a noção de ontonegatividade, ou seja, não apenas sua importância decorre da fragilidade inerente às condições objetivas de determinadas sociedades, como é tomada e assumida enquanto tal, tornando-se um fator de impedimento da percepção (e ação) dos fundamentos de tais contradições e que estão na base material que funda tais sociedades.

No caso venezuelano, no não reconhecimento pela oposição da profunda desigualdade socioeconômica, ou dos problemas decorrentes da vinculação da única fonte de recursos ao capital internacional de forma totalmente dependente e subordinada, e na não aceitação dos

direitos da maior parte da população camponesa e descendente dos povos originários. Ou, conforme recupera Chasin, atribui-se à política a:

[...] pretensão ilusória de autodeterminação como necessidade decorrente da sociabilidade imperfeita, substância ainda não realizada enquanto tal, ou seja, ainda incapaz de autonomia como complexo saturado, [que] conduz à política, ou seja, a política como autodeterminação negativa. (CHASIN, 2000, p. 34)

Na ótica assumida pela oposição e pelo jornal *Folha de S. Paulo*, toma-se como papel do Estado garantir que todos sejam iguais e que possuam os mesmos direitos, o que acaba por separar a vida dos indivíduos: em princípio todos são cidadãos, mas, na prática, tomados enquanto indivíduos, as igualdades não existem.

Conforme reconhecem os legisladores liberais, a função básica do Estado é a defesa da propriedade privada, dos direitos individuais e das condições de igualdade a partir dessa perspectiva. Tal tese é justificada pela ideia de liberdade proposta pela sociedade burguesa, que equivale “ao direito de fazer e promover tudo que não prejudique a nenhum outro homem”; logo, não se baseia na “vinculação do homem com os demais homens, mas, ao contrário, na separação entre um homem e outro. Trata-se do direito a essa separação, o direito do indivíduo limitado, limitado a si mesmo”, fazendo com que “cada homem veja no outro homem, não a realização, mas ao contrário, a restrição de sua liberdade” (MARX, 2010, p. 49).

O Estado anula à sua maneira a diferenciação por nascimento, estamento, formação e atividade laboral ao declarar nascimento, estamento, formação e atividade laboral como diferenças apolíticas, ao proclamar cada povo, sem consideração dessas diferenças, como participante igualitário da soberania nacional, ao tratar todos os elementos da vida real de um povo a partir do ponto de vista do Estado. Não obstante, o Estado permite que a propriedade privada, a formação, a atividade laboral atuem à maneira delas, isto é, como propriedade privada, como formação, como atividade laboral, e tornem efetiva a sua essência particular. Longe de anular essas diferenças fáticas, ele existe tão somente sob pressuposto delas, ele só se percebe como Estado político e sua universalidade só torna efetiva em oposição a esses elementos próprios dele. (MARX, 2010, p. 40)

Nessa perspectiva, o Estado é, na verdade, uma forma de dominação e de defesa de interesses particulares; e o político, uma forma de justificar essa dominação, enquanto a esfera econômica é considerada natural, restando ao homem o político como única forma de agir, daí ser: “O politicismo intrínseco à ordem do capital: a ordem econômica é natural, a ordem política é o que resta para o homem configurar, e esta é decisiva, molda a convivência e realiza a justiça” (CHASIN, 2000, p. 34).

Tais questões são relacionadas por Marx à própria definição de liberalismo, que ressalta sua intrínseca função de dominação.

O Estado político pleno constitui, por sua essência, a vida do gênero humano em oposição a sua vida material. Todos os pressupostos dessa vida egoísta continuam subsistindo fora da esfera estatal na sociedade burguesa, só que como qualidades da sociedade burguesa. Onde o Estado político atingiu sua verdadeira forma definitiva, o homem leva uma vida dupla não só mentalmente, a consciência, mas também na realidade, na vida concreta; ele leva uma vida celestial e uma vida terrena, a vida na comunidade política, na qual ele se considera um ente comunitário, e a vida na sociedade burguesa, na qual ele atua como pessoa particular, encara as demais como meios, degrada a si próprio à condição de meio e se torna um brinquedo na mão de poderes estranhos a ele. A relação entre Estado político e sociedade burguesa é tão espiritualista quanto a relação entre o céu e a terra. (MARX, 2010, p. 40)

Nesse sentido, fica clara a importância que o liberalismo e a democracia possuem para o capitalismo, uma vez que afastam o político do social e abafam as disputas de classes, reduzindo-as a conquistas políticas, que não podem ser consideradas como realizações plenas do homem.

Assim, a democracia aparece como a forma política mais apropriada ao capital, porque torna a competição possível, e a falta de competição torna o capitalismo um sistema falho (CHASIN, 2000, p. 41). No caso da Venezuela a própria formação do *Pacto de Punto Fijo* pode ser observado como um exemplo da aproximação entre democracia liberal e capitalismo, uma vez que o pacto visava – segundo o documento que leva o seu nome –, a anulação da luta de classe e a garantia dos preceitos defendidos pela liberal democracia, tais como “segurança de que o processo eleitoral e os Poderes Públicos [...] correspondam às pautas democráticas, da liberdade efetiva e do sufrágio” e o fortalecimento e “[...] prolongação da trégua política” (*Pacto de Punto Fijo* apud MENDES, 2012, p. 67). Também é notório que todo período anterior à vitória de Chávez em 1998 foi pautado no consumo excessivo e que esse era a “plena realização da cidadania” (MENDES, 2012, p. 84).

A identificação entre democracia e capitalismo também é bastante acentuada com relação ao liberalismo e chega ao ponto da democracia liberal ser entendida como valor universal e única forma política admissível. O liberalismo, na verdade, acaba por reduzir as questões do Estado à problemática acerca da liberdade, pois o Estado liberal reserva sua atenção ao pressuposto de que todos os indivíduos são iguais perante as leis, independentemente de suas posições nas relações de produção vigentes em cada particularidade social. Ou seja, tudo se resolveria por meio de regras definidas acima do social, ficando excluída qualquer problemática de classe e de hegemonia. Dessa forma, nenhuma crítica liberal toma o liberalismo como forma de hegemonia de classe, mas como expressão real de igualdade entre os indivíduos. Sendo assim, “pela ênfase no jurídico se oculta o real” (CHASIN, 2000, p. 82).

#### **4. Considerações finais**

Como foi possível perceber é notório que a *Folha de S. Paulo* utiliza de pressupostos liberais para exercer uma crítica ao governo venezuelano e ao então presidente Hugo Chávez. Ao optar por esta abordagem o jornal brasileiro visa influenciar a opinião pública nacional acerca dos acontecimentos no país vizinho, retratando a Venezuela como um país autoritário e a Chávez como um líder populista.

A incidência da crítica da *Folha* aos acontecimentos na Venezuela recai sob a matriz teórica que defende a democracia liberal como um valor universal, ou seja, a forma de governo desejável às sociedades modernas, eternizando valores como o respeito às instituições, ao Estado e às eleições. Em outras palavras, é possível perceber o politicismo que permeia a cobertura do jornal.

Partido destes apontamentos, a *Folha* produz uma cobertura negativa sobre o país vizinho, não levando em consideração as contradições internas do país, as lutas de classe e muito menos a historicidade das lutas sociais presentes naquela sociedade, fato que prejudica o leitor que busca se informar neste veículo de informação. Portanto, foi possível perceber a partir da crítica marxiana ao papel da política, e do Estado enquanto forma de dominação, qual é o teor do discurso adotado pela *Folha de S. Paulo*, que acaba por fazer coro aos pressupostos liberais em sua defesa da democracia nos moldes indicados no presente texto, fato que muitas vezes, prejudica e confunde o leitor interessado em se informar em relação aos acontecimentos na Venezuela.



---

### Referências bibliográficas

ALBINATI, Ana Selva Castelo Branco. “J. Chasin: a ontonegatividade da politicidade em Marx”. *VERINOTIO – Revista Online*. n. 9. Ano V. Nov. 2008. pp. 47-61, p. 48. Disponível: <http://www.verinotio.org/conteudo/o.55347825731475.pdf> Acesso: 03/07/2012.

CARVALHO, Vania Carneiro de; LIMA, Solange Ferraz de; CARVALHO, Maria Cristina Rabelo de, et alii. “Fotografia e História: ensaio bibliográfico”. *ANAIS do Museu Paulista*. v. 2. São Paulo: Jan./Dez. 1994. pp. 253-300. Disponível: <http://www.scielo.br/pdf/anaismp/v2n1/a15v2n1.pdf> Acesso: 03/07/2012.

CHASIN, José. “Democracia Direta versus Democracia representativa”. *REVISTA de Filosofia, Política e Ciência da História. Ensaios Ad Hominem*. n. 1. Tomo 3 – Política. São Paulo: Estudos e Edição *Ad Hominem*, 2000.

\_\_\_\_\_. “Poder, Política e Representação”. *REVISTA de Filosofia, Política e Ciência da História. Ensaios Ad Hominem*. n. 1. Tomo 3 – Política. São Paulo: Estudos e Edição *Ad Hominem*, 2000.

\_\_\_\_\_. “Sobre o conceito de totalitarismo”. *REVISTA de Filosofia, Política e Ciência da História. Ensaios Ad Hominem*. n. 1. Tomo 3 – Política. São Paulo: Estudos e Edição *Ad Hominem*, 2000.

ELLNER, Steve. *La política exterior del gobierno de Chávez: la retórica chavista y los asuntos sustanciales*. In: *Rev. Venezuela de Economía y Ciencias Sociales*, 2009, vol. 15, nº 1 (ener.-abr.), pp. 115-132. <http://www.scielo.org.ve/pdf/rvecs/v15n1/arto6.pdf>

MARX, Karl. *Sobre a Questão Judaica*. 1. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010. [1844]

MENDES, Flávio da Silva. *Hugo Chávez em seu labirinto. O movimento bolivariano e a política na Venezuela*. 1. ed. São Paulo: Alameda Editorial, 2012.

MARINGONI, Gilberto. *A Revolução Venezuelana*. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

SEVERO, Luciano Wexell. *Desdobramentos da entrada da Venezuela no Mercosul*. IN: *Carta Capital*, disponível em: [http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia\\_id=20502](http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=20502). 2012.

### Fontes

FOLHA DE S. PAULO . “O Retorno de Chávez” 15/04/2002. A2

FOLHA DE S. PAULO . “Um novo Chávez”. 17/04/2002. p.A2

FOLHA DE S. PAULO . “Golpe impune” 16/08/2002. Editorial. A2

FOLHA DE S. PAULO , “Crise na Venezuela”. 10/12/2002. p.A2

FOLHA DE S. PAULO . “Saída para a Venezuela”. 14/12/2002, p.A2

FOLHA DE S. PAULO , “Manobra de Chávez” 05/05/2004. Editorial. A2

FOLHA DE S. PAULO , “Venezuela decide” 15/08/2004. Editoria. A2

FOLHA DE S. PAULO “A vitória de Chávez” 17/08/2004. Editorial. A2

FOLHA DE S. PAULO . “A lei de Chávez”. 17/09/2004. p. A2

---

FOLHA DE S. PAULO . “A volta de Chávez” 17/12/2004, Editorial. A2

FOLHA DE S. PAULO . “O show de Chávez. 02/02/2005, p.A2

### **Notas**

<sup>1</sup> Como exemplos podemos citar KLEIN, Jose Afonso. *Poder político e luta de classes na Venezuela: 1989-2009*. São Paulo. 2010, Tese de doutoramento. PUC-SP e SEABRA, Raphael Lana. *A primeira Revolução do Século XXI? Bolivarianismo e socialismo na Venezuela*. Brasília. 2012, Tese de doutoramento, Unb.

<sup>2</sup> No começo dos anos 2000, uma corrente teórica buscou contextualizar as vitórias eleitorais de presidentes como Chávez, Lula e Evo Morales como a “virada à esquerda da América Latina”, dividindo o continente em dois blocos, de um lado, a “boa esquerda”, que abrangia Brasil e Chile, que defendia programas sociais e reformas dentro do capitalismo e uma proposta de política mais radical em países como Venezuela, Bolívia e Equador, a “má esquerda”, sendo os presidentes destes países considerados populista e autoritários. Como exemplo desse pensamento podemos citar: Jorge Castañeda, Manuel Alcántara Sáez e Fernando Mires.

<sup>3</sup> Como exemplo podemos citar: BUNDCHEN, Isabel Cristina. *A imagem de Hugo Chávez na imprensa brasileira*. 2008. Brasília; VIEIRA, Ricardo Pereira. *Memória e discurso: Chávez na mídia impressa*.